

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BRAÇO DO TROMBUDO
LEI COMPLEMENTAR Nº 075 DE 24 DE JUNHO DE 2009
2ª ETAPA – REVISÃO DAS POLÍTICAS SETORIAIS

Nesta etapa de revisão do Plano Diretor Municipal serão reavaliados os Capítulos referentes as políticas públicas setoriais, atualizando-se e revisando-se as informações previstas no Plano Diretor atual.

A revisão do Capítulo I – DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA POLÍTICA URBANA e do Capítulo II – DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE será realizada pela Equipe Técnica de Planejamento Municipal em parceria com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT.

Para a revisão do Capítulo III – DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS serão realizadas oficinas de discussão com os setores da administração pública municipal e demais entidades ligadas a cada política pública de revisão e posteriormente será enviado para apreciação e validação do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT. Para a organização das discussões foram definidos eixos temáticos de discussão, conforme a afinidade dos temas a serem discutidos, e que estão apresentados na Tabela 01.

Nas discussões nas oficinas busca-se a atualização de temas e diretrizes estabelecidos no Plano Diretor atual e que já não contemplam o atual cenário de desenvolvimento municipal, propondo a supressão de diretrizes já efetivadas, além da inserção de novas diretrizes que possam atender a demandas que surgiram no período de implantação do Plano. O resumo das oficinas de discussão, por eixo temático, é apresentado nas Tabelas 02 a 07.

No final desta etapa será realizada Audiência Pública nos termos do Art.8º da Resolução nº 25 do Conselho das Cidades, para consolidação das propostas de revisão.

Legenda:

Vermelho: alterações nas oficinas.

Verde: alterações na aprovação pelo NGPT, em 01/09/2021.

Azul: retirada do texto original.

Revisão Plano Diretor de BRAÇO DO TROMBUDO – Nº 075 DE 24 DE JUNHO DE 2009
2ª Etapa – Revisão das Políticas Setoriais

TABELA 02 – RESUMO DAS DISCUSSÕES – EIXO TEMÁTICO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EIXO TEMÁTICO	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Agricultura; • Secretaria de Administração e Finanças; • Equipe Planejamento.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 21/07/2021.
TEMA	<p>POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – Capítulo III – Seção II - Art. 13 ao 15</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • crescimento econômico; • diversificação da economia; • oportunidades de trabalho; • empresas (comércio, indústria e serviços); • agricultura; • incentivos fiscais; • educação profissionalizante;
PLANO DIRETOR VIGENTE	Art. 13. A Política de Desenvolvimento Econômico deve estar pautada na integração com as demais políticas municipais e regionais, buscando a diversificação da base econômica e o aumento da oferta de trabalho e de geração de renda.
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	Art. 13. A Política de Desenvolvimento Econômico deve estar pautada na integração com as demais políticas municipais e regionais, buscando a diversificação da base econômica e o aumento da oferta de trabalho e de geração de renda, fomentando e ampliando a oferta de incentivos através da lei de incentivos econômicos já existentes.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 14. A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como objetivos:</p> <p>I - incentivar e apoiar a atividade agrícola municipal visando garantir melhores condições à permanência dos agricultores na área rural, criando programas de incentivo ao agronegócio;</p> <p>II - promover o manejo adequado do solo rural evitando a prática da monocultura;</p> <p>III - fomentar e incentivar a instalação de novas atividades industriais e comerciais de base</p>

	<p>tecnológica adequada e do uso sustentável dos recursos naturais visando à preservação do meio ambiente;</p> <p>IV - incentivar o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento, como nova alternativa econômica para o município;</p> <p>V - criar políticas de desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental e do patrimônio cultural, e investimentos que privilegiem a distribuição de renda e a ampliação da oferta de empregos;</p> <p>VI - articulação no âmbito regional por meio de programas e projetos de desenvolvimento econômico integrando à atividade agrícola, industrial, comercial, de lazer, turismo e de serviços;</p> <p>VII - realizar parcerias e ações integradas com agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 14. A Política Municipal de Desenvolvimento Econômico tem como objetivos:</p> <p>I - incentivar e apoiar a atividade agrícola municipal visando garantir melhores condições à permanência dos agricultores na área rural, criando programas de incentivo ao agronegócio;</p> <p>II - promover o manejo adequado do solo rural evitando a prática da monocultura;</p> <p>III - fomentar e incentivar a instalação de novas atividades industriais e comerciais de base tecnológica adequada e do uso sustentável dos recursos naturais visando à preservação do meio ambiente;</p> <p>IV - incentivar o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento, como nova alternativa econômica para o município;</p> <p>V - criar políticas de desenvolvimento econômico em consonância com a preservação ambiental e do patrimônio cultural, e investimentos que privilegiem a distribuição de renda e a ampliação da oferta de empregos;</p> <p>VI - articulação no âmbito regional por meio de programas e projetos de desenvolvimento econômico integrando à atividade agrícola, industrial, comercial, de lazer, turismo e de serviços;</p> <p>VII - realizar parcerias e ações integradas com agentes promotores do desenvolvimento, públicos e privados, governamentais e institucionais;</p> <p>VIII - incentivar a instalação de meios de hospedagem no município.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 15. Para atingir os objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico o município deverá promover as seguintes ações:</p> <p>I - viabilizar o fortalecimento do associativismo;</p>

	<p>II - gerenciar os programas de assistência técnica participativa e capacitação aos agricultores;</p> <p>III - adotar medidas para viabilizar incentivos fiscais ao setor primário e secundário;</p> <p>IV - criar programas e políticas agrícolas, de maneira especial incentivando à produção orgânica e à diversificação das culturas;</p> <p>V - promover e incentivar a implantação de agroindústrias visando agregar valor aos produtos agrícolas do município;</p> <p>VI - viabilizar a comercialização dos produtos produzidos no município;</p> <p>VII - promover e incentivar a criação de cooperativas de crédito rural;</p> <p>VIII - promover a conscientização para emissão de nota de produtor rural e cupom fiscal.</p> <p>IX – criar cursos técnicos profissionalizantes para qualificação continuada da mão-de-obra;</p> <p>X – incentivar o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo rural e ao agroturismo como fontes geradoras de trabalho, emprego e renda.</p> <p>XI – criar mecanismos para capacitação de funcionários e atendentes do terceiro setor;</p> <p>XII – viabilizar o fortalecimento do associativismo;</p> <p>XIII – criar incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 15. Para atingir os objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico o município deverá promover as seguintes ações:</p> <p>I - viabilizar o fortalecimento do associativismo;</p> <p>II - gerenciar os programas de assistência técnica participativa e capacitação aos agricultores;</p> <p>III - criar programas e políticas agrícolas, de maneira especial incentivando à produção orgânica e à diversificação das culturas;</p> <p>IV - viabilizar a comercialização dos produtos produzidos no município;</p> <p>V - promover e incentivar a implantação de agroindústrias visando agregar valor aos produtos agrícolas do município;</p> <p>VI – incentivar o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo rural e ao agroturismo como fontes geradoras de trabalho, emprego e renda.</p> <p>VII - promover a conscientização para emissão de nota de produtor rural e cupom fiscal.</p> <p>VIII - promover e incentivar a criação buscar a diversificação de cooperativas de crédito rural no município;</p> <p>IX – criar buscar parcerias para implantação de cursos técnicos profissionalizantes para qualificação continuada da mão-de-obra;</p> <p>X – criar mecanismos para capacitação de funcionários da indústria, do comércio e do setor de serviços, além de atendentes do terceiro setor;</p>

	<p>XI – viabilizar o fortalecimento do cooperativismo e associativismo;</p> <p>XII – criar incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico, procurando manter a legislação pertinente moderna e atual;</p> <p>XIII – incentivar a implantação de novas indústrias no município, garantindo qualificação da mão-de-obra.</p> <p>III – adotar medidas para viabilizar incentivos fiscais ao setor primário e secundário;</p>
--	---

EIXO TEMÁTICO	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Agricultura; • Secretaria de Administração e Finanças; • Equipe de Planejamento; • Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer;
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 21/07/2021.
TEMA	<p>POLÍTICA DE INCENTIVO AO TURISMO – Capítulo III – Seção III - Art. 16 ao 18</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política Municipal de Turismo; • Plano Municipal de Turismo; • Áreas de Interesse Turístico.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 16. A Política Municipal de Incentivo ao Turismo busca a promoção e o incremento da atividade turística sustentável no Município de Braço do Trombudo, pautada pelos seguintes princípios:</p> <p>I - planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no município de forma a desenvolvê-la em harmonia com a legislação federal e estadual aplicável, com a conservação dos ecossistemas locais e regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do patrimônio histórico e cultural local;</p> <p>II - promover a conscientização dos diversos setores da administração pública municipal, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e da opinião pública a respeito do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo;</p> <p>III - identificar e otimizar o potencial turístico do município mediante ações governamentais e apoio às iniciativas privadas e comunitárias;</p> <p>IV - garantir a proteção e a conservação dos recursos naturais, paisagísticos, históricos e culturais de uso turístico direto ou não, públicas e privadas, de forma a incrementar o potencial turístico do município;</p> <p>V - valorizar o patrimônio histórico, cultural, artístico, arqueológico e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais, incorporando-os ao potencial turístico do município;</p> <p>VI - fortalecer a cooperação interinstitucional entre os órgãos da administração pública municipal e a parceria com o poder público estadual e federal;</p> <p>VII - possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos interessados na definição de</p>

	<p>ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na região;</p> <p>VIII - promover e estimular a capacitação de recursos humanos para a atuação no setor de turismo;</p> <p>IX - promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade do turismo, dentro de parâmetros de desenvolvimento sustentável;</p> <p>X - promover o aproveitamento do turismo como veículo de educação ambiental.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 16. A Política Municipal de Incentivo ao Turismo busca a promoção e o incremento da atividade turística sustentável no Município de Braço do Trombudo, pautada pelos seguintes princípios:</p> <p>I - planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no município de forma a desenvolvê-la em harmonia com a legislação federal e estadual aplicável, com a conservação dos ecossistemas locais e regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do patrimônio histórico e cultural local;</p> <p>II - promover a conscientização dos diversos setores da administração pública municipal, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e da opinião pública a respeito do significado econômico, social, cultural e ambiental do turismo;</p> <p>III - identificar e otimizar o potencial turístico do município mediante ações governamentais e apoio às iniciativas privadas e comunitárias;</p> <p>IV - garantir a proteção e a conservação dos recursos naturais, paisagísticos, históricos e culturais de uso turístico direto ou não, públicas e privadas, de forma a incrementar o potencial turístico do município;</p> <p>V - valorizar o patrimônio histórico, cultural, artístico, arqueológico e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais, incorporando-os ao potencial turístico do município;</p> <p>VI - fortalecer a cooperação interinstitucional entre os órgãos da administração pública municipal e a parceria com o poder público estadual e federal, além de administração indireta e instituições de ensino;</p> <p>VII - possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos interessados na definição de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na região;</p> <p>VIII - promover e estimular a capacitação de recursos humanos para a atuação no setor de turismo;</p> <p>IX - promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infraestrutura para a atividade do turismo, dentro de parâmetros de desenvolvimento sustentável;</p> <p>X - promover o aproveitamento do turismo como veículo de educação ambiental.</p>

PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 17. A Política Municipal de Incentivo ao Turismo será pautada pelas seguintes diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> I – incentivar a melhoria da infra-estrutura gastronômica e hoteleira do Município; II - incentivar o desenvolvimento do turismo no município, com ênfase ao Turismo Rural e Agroturismo; III - promover e apoiar a comercialização dos produtos turísticos; IV - incentivar projetos de Agroturismo que valorizam os costumes e culturas do meio rural e possibilitam uma segunda fonte de renda para produtores do município; V - formalizar roteiros de visitação turística, incorporando o potencial turístico existente; VI - estimular e implementar melhorias paisagísticas, de sinalização turística e de infra-estrutura básica nos principais corredores de acesso ao município; VII - resgatar os valores históricos e culturais para potencializar a atividade turística; VIII - articular e promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo município e os demais municípios da AMAVI, para a criação de roteiros regionalizados.
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 17. A Política Municipal de Incentivo ao Turismo será pautada pelas seguintes diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> I – incentivar a melhoria da infra-estrutura gastronômica e hoteleira do Município; II - incentivar o desenvolvimento do turismo no município, com ênfase ao Turismo Rural e Agroturismo; III - promover e apoiar a comercialização dos produtos turísticos; IV - incentivar projetos de Agroturismo que valorizam os costumes e culturas do meio rural e possibilitam uma segunda fonte de renda para produtores do município; V - formalizar roteiros de visitação turística, incorporando o potencial turístico existente; VI - estimular e implementar melhorias paisagísticas, de sinalização turística e de infra-estrutura básica nos principais corredores de acesso ao município; VII - resgatar os valores históricos e culturais para potencializar a atividade turística; VIII - articular e promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas pelo município e os demais municípios da AMAVI, para a criação de roteiros regionalizados; IX - promover os interesses comerciais do município, estimulando a organização de festivais, feiras, festas e demonstrações de artesanato, para que os visitantes possam ter mais informações sobre os produtos locais; X – viabilizar a aquisição de local e construção de um Centro de Eventos Municipal; XI - elaborar a Política Municipal de Turismo, assim como o Plano de Desenvolvimento

	Turístico.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 18. O poder público municipal, mediante lei específica, poderá elaborar o Diagnóstico Turístico e o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal.</p> <p>§1º O Diagnóstico Turístico é o instrumento por meio do qual o poder público qualifica o potencial turístico do município, inventariando os principais atrativos turísticos e os bens e serviços a eles relacionados, avaliando seu estado de conservação e sua capacidade de receber visitação, assim como delimita os principais atores sociais, as políticas e os aspectos políticos locais e regionais que afetam a atividade turística;</p> <p>§2º Com base no Diagnóstico Turístico o município elaborará o Plano de Desenvolvimento Turístico que deverá orientar toda Política Municipal de Turismo e condicionará os incentivos fiscais municipais em obras e projetos relacionados ao turismo.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 18. O poder público municipal, mediante lei específica, poderá elaborar o Diagnóstico Turístico e o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal.</p> <p>§1º O Diagnóstico Turístico é o instrumento por meio do qual o poder público qualifica o potencial turístico do município, inventariando os principais atrativos turísticos e os bens e serviços a eles relacionados, avaliando seu estado de conservação e sua capacidade de receber visitação, assim como delimita os principais atores sociais, as políticas e os aspectos políticos locais e regionais que afetam a atividade turística;</p> <p>§2º Com base no Diagnóstico Turístico o município elaborará o Plano de Desenvolvimento Turístico que deverá orientar toda Política Municipal de Turismo e condicionará os incentivos fiscais municipais em obras e projetos relacionados ao turismo.</p>

Revisão Plano Diretor de BRAÇO DO TROMBUDO – Nº 075 DE 24 DE JUNHO DE 2009
2ª Etapa – Revisão das Políticas Setoriais

TABELA 03 – RESUMO DAS DISCUSSÕES – EIXO TEMÁTICO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EIXO TEMÁTICO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria da Educação; • Secretaria de Saúde e Assistência Social; • Equipe de Planejamento; • Comissão Municipal de Esportes • Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer • Demais entidades afins.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 04/08/2021.
TEMA	<p>POLÍTICA DA EDUCAÇÃO – Capítulo III – Seção IV – Subseção I - Art. 19 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO – Capítulo III – Seção V – Art. 28 ao 31 POLÍTICA DOS ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO – Capítulo III – Seção VI - Art. 32</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação (Infantil, Fundamental, Jovens e adultos); • Cultura (Museus, Arquivo Histórico); • Patrimônio Natural e Edificado (Inventários, Leis de Preservação, mecanismos de incentivos fiscais, zonas de proteção, Recuperação de Edificações históricas) • Eventos municipais; • Áreas de lazer e de prática esportiva. • Verificar a existência de política municipal específica para este eixo, visando evitar duplicidade de políticas públicas.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 19. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento da educação no município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – viabilizar a criação de espaço físico para biblioteca pública municipal e telecentro para cursos e pesquisas;</p>

	<p>II - promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, para atender a demanda em condições adequadas, cabendo ao Município o atendimento da educação pré-escolar e o ensino fundamental;</p> <p>III – colaborar com ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA);</p> <p>IV – colaborar com ações que visem à expansão do ensino médio;</p> <p>V - fortalecer a inclusão educacional;</p> <p>VI - promover a melhoria da qualidade de ensino, criando condições para a permanência e a progressão dos alunos no sistema escolar;</p> <p>VII - promover a ampliação do espaço físico para a prática esportiva em todo o município, com incentivo para a prática de novas modalidades abrangendo todas as idades;</p> <p>VIII – incentivar parcerias entre as escolas, setor privado e a comunidade;</p> <p>IX – viabilizar a valorização dos profissionais da educação assim como a constante atualização dos profissionais que estão em sala de aula;</p> <p>X – viabilizar cursos profissionalizantes, com ênfase nas áreas da agricultura, informática e indústria;</p> <p>XI – viabilizar a inclusão digital nas escolas do sistema municipal de ensino.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 19. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento da educação no município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – viabilizar, em parceria com outras secretarias, setor privado ou outras entidades da sociedade civil, a criação de espaço físico para manutenção e atualização da biblioteca pública municipal, telecentro bem como a disponibilização de local adequado para cursos e pesquisas;</p> <p>II - promover a distribuição espacial de recursos, serviços e equipamentos, para atender a demanda em condições adequadas, cabendo ao Município o atendimento da educação de creche, pré-escola e ensino fundamental;</p> <p>III – colaborar com ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA);</p> <p>IV – colaborar com ações que visem à expansão do ensino médio e superior;</p> <p>V - fortalecer a inclusão educacional;</p> <p>VI - promover a melhoria da qualidade de ensino, criando condições para acesso e permanência e a progressão dos alunos no sistema escolar;</p> <p>VII - promover a ampliação do espaço físico nas escolas, visando a prática de novas modalidades esportivas;</p>

	<p>VIII – incentivar parcerias entre as escolas, setor privado e a comunidade;</p> <p>IX – viabilizar a valorização dos profissionais da educação, assim como a constante atualização dos profissionais que estão em sala de aula;</p> <p>X – viabilizar cursos profissionalizantes, com ênfase nas áreas da agricultura, informática e indústria;</p> <p>XI – viabilizar a inclusão digital nas escolas do sistema municipal de ensino;</p> <p>XII - promover programas educacionais de contraturno e Atendimento Educacional Especializado;</p> <p>XIII - estabelecer estratégias para cumprir o Plano Municipal da Educação.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 28. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem incentivar à preservação do patrimônio histórico e cultural do município, sendo dever de todos os cidadãos.</p> <p>Parágrafo Único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico e cultural do município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim editados.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 28. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem incentivar à preservação do patrimônio histórico e cultural do município, sendo dever de todos os cidadãos.</p> <p>Parágrafo Único. O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico e cultural do município, e implantar leis específicas de tombamento, manutenção e incentivo à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do município.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 29. O patrimônio histórico e cultural do Município é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação é de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 29. O patrimônio histórico e cultural do Município é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação é de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 30. O Município de Braço do Trombudo visando estimular a preservação e valorização da cultura local, da arquitetura e da memória, deverá adotar as seguintes diretrizes e ações estratégicas:</p>

	<p>I - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a identidade cultural do município;</p> <p>II - estimular e preservar a diversidade cultural existente no município;</p> <p>II - valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do patrimônio cultural e arquitetônico do município;</p> <p>IV – manter, atualizar e divulgar o cadastro dos bens de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico, estimulando sua preservação através de políticas e de programas específicos de incentivo à preservação;</p> <p>V - estimular a restauração e reutilização adequada de edificações históricas, em especial aquelas identificadas por essa lei como Área de Especial Interesse Histórico e Cultural – AIHC;</p> <p>VI - viabilizar a implantação de um centro cultural para possibilitar e incentivar as manifestações culturais, exposição e venda de artesanato e de produtos coloniais produzidos no município;</p> <p>VII – garantir a participação da comunidade na formulação da política de preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 30. O Município de Braço do Trombudo visando estimular a preservação e valorização da cultura local, da arquitetura e da memória, deverá adotar as seguintes diretrizes e ações estratégicas:</p> <p>I - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a identidade cultural do município;</p> <p>II - estimular e preservar a diversidade cultural existente no município;</p> <p>III - valorizar e estimular o uso, a conservação e a restauração do patrimônio cultural e arquitetônico do município;</p> <p>IV – manter, atualizar e divulgar o cadastro dos bens de interesse cultural, histórico e/ou arquitetônico, estimulando sua preservação através de políticas e de programas específicos de incentivo à preservação;</p> <p>V - estimular a restauração e reutilização adequada de edificações históricas, em especial aquelas identificadas por essa lei como Área de Especial Interesse Histórico e Cultural – AIHC;</p> <p>VI - viabilizar a implantação de um centro cultural para possibilitar e incentivar as manifestações culturais, exposição e venda de artesanato e de produtos coloniais produzidos no município;</p>

	<p>VI - possibilitar e incentivar as manifestações culturais, exposição e venda de artesanato e de produtos coloniais produzidos no município;</p> <p>VII – garantir a participação da comunidade na formulação da política de preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 31. Visando à consecução das diretrizes e das ações estratégicas da política de preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico em Braço do Trombudo, poderão ser aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:</p> <p>I – criação de incentivos tributários e fiscais para os imóveis com valor histórico e cultural;</p> <p>II – promoção do tombamento de bens materiais e imateriais, que foram identificados através do levantamento do patrimônio histórico;</p> <p>III – criação do fundo municipal de incentivo à cultura;</p> <p>IV – utilização do instrumento da transferência do direito de construir, conforme prevê o Estatuto da Cidade.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 31. Visando à consecução das diretrizes e das ações estratégicas da política de preservação do patrimônio cultural, histórico e arquitetônico em Braço do Trombudo, poderão ser aplicados, dentre outros, os seguintes instrumentos:</p> <p>I – criação de incentivos tributários e fiscais para os imóveis com valor histórico e cultural;</p> <p>II – promoção do tombamento de bens materiais e imateriais, que foram identificados através do levantamento do patrimônio histórico;</p> <p>III – criação do fundo municipal de incentivo à cultura;</p> <p>IV – utilização do instrumento da transferência do direito de construir, conforme prevê o Estatuto da Cidade.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 32. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento dos esportes, lazer e recreação no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - ampliar o número de modalidades esportivas oferecidas nas escolinhas municipais;</p> <p>II - garantir o acesso universal e integral às práticas e equipamentos esportivos, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;</p> <p>III - promover atividades esportivas e competições envolvendo a comunidade;</p> <p>IV - criar novos espaços de lazer e recreação para a prática esportiva em todas as comunidades do município;</p> <p>V – criar um fundo municipal para estruturar a fundação municipal de esportes;</p> <p>VI – incentivar e contribuir com o esporte do município, de modo a viabilizar o deslocamento</p>

	<p>para as competições locais, regionais e estaduais;</p> <p>VII – incentivar a realização de atividades esportivas nas festas tradicionais do município;</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 32. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento dos esportes, lazer e recreação no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - ampliar o número de modalidades esportivas oferecidas nas escolinhas municipais;</p> <p>II - garantir o acesso universal e integral às práticas e equipamentos esportivos, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;</p> <p>III - promover atividades esportivas e competições envolvendo a comunidade;</p> <p>IV - criar novos espaços de lazer e recreação para a prática esportiva em todas as comunidades do município;</p> <p>V – criar um fundo municipal para estruturar a fundação municipal de esportes;</p> <p>V – incentivar e contribuir com o esporte do município, de modo a viabilizar o deslocamento para as competições locais, regionais e estaduais;</p> <p>VI – incentivar a realização de atividades esportivas nas festas tradicionais do município;</p> <p>VII – viabilizar a construção de um ginásio poliesportivo, com as padronizações exigidas às práticas esportivas;</p> <p>VIII – viabilizar a construção de local para prática de futebol de campo e prática de modalidades de atletismo;</p> <p>IX – viabilizar parcerias com entidades, clubes ou afins, destinados à prática esportiva diversa.</p>

EIXO TEMÁTICO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Saúde e Assistência Social; • Demais entidades afins.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 04/08/2021.
TEMA	<p>POLÍTICA DA SAÚDE – Capítulo III – Seção IV – Subseção II - Art. 20 ao 22</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde (ambulatorios, saúde da família, saúde do trabalhador, assistência farmacêutica, vigilância sanitária, vacinação, prevenção, campanhas...) • Verificar a existência de política municipal específica para este eixo, visando evitar duplicidade de políticas públicas.
PLANO DIRETOR VIGENTE	Art. 20. A Política Municipal de Saúde deverá ser implementada por meio de políticas públicas que elevem o padrão de vida da população, assegurando a construção de uma cidade saudável com ampla garantia de cidadania.
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	Art. 20. A Política Municipal de Saúde deverá ser implementada por meio de políticas públicas que elevem o padrão de vida da população, melhorando o acesso e a qualidade aos serviços de saúde, com ofertas de serviços de atenção primária em nível satisfatório para garantir a integralidade, universalidade e equidade, neste nível de atenção, aos modelos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde para cada momento. assegurando a construção de uma cidade saudável com ampla garantia de cidadania.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 21. A Política Municipal de Saúde, quando da adequação da rede pública, observará os seguintes princípios, desenvolvidos a partir daqueles firmados para o Sistema Único de Saúde:</p> <p>I - universalização da assistência à saúde a todos os cidadãos;</p> <p>II - garantia de um sistema de saúde igualitário, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;</p> <p>III - promoção da integralidade da assistência, entendida como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso;</p> <p>IV - incentivo ao controle e à participação social nas ações da política de saúde;</p> <p>V - promoção da municipalização e da descentralização do sistema de saúde;</p>

	<p>VI - articulação de programas e de ações da política de saúde com as demais políticas do Município, em especial as políticas urbanas e ambientais.</p> <p>§1º A gestão da Política Municipal de Saúde adotará o Programa de Saúde da Família como modelo para a realização de serviços a serem prestados.</p> <p>§2º As ações do sistema priorizarão o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, ambiental e sanitária, levando-se em consideração o perfil epidemiológico da população e as dimensões de gênero, etnia, e faixa etária.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 21. A Política Municipal de Saúde, quando da adequação da rede pública, observará os seguintes princípios, desenvolvidos a partir daqueles firmados para o Sistema Único de Saúde - SUS:</p> <p>I - universalização da assistência à saúde a todos os cidadãos, garantindo um sistema de saúde igualitário, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;</p> <p>II - promoção da integralidade da assistência, entendida como o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso;</p> <p>III - incentivo ao controle e à participação social nas ações da política de saúde;</p> <p>IV - promoção da municipalização e da descentralização do sistema de saúde;</p> <p>V - articulação de programas e de ações da política de saúde com as demais políticas do Município, em especial as políticas urbanas e ambientais.</p> <p>VI - participação do Consórcio Intermunicipal de Saúde para compra de medicação, consulta e exames;</p> <p>§1º A gestão da Política Municipal de Saúde adotará a Programa Estratégia de Saúde da Família como modelo para a realização de serviços a serem prestados.</p> <p>§2º As ações do sistema priorizarão o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, ambiental e sanitária, levando-se em consideração o perfil epidemiológico da população e as dimensões de gênero, etnia, e faixa etária.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 22. O Poder Público Municipal promoverá as seguintes ações visando apoiar o desenvolvimento da saúde no Município de Braço do Trombudo:</p> <p>I - viabilizar a implantação do plantão médico de emergência;</p> <p>II - viabilizar o aumento do número de exames e consultas especializadas;</p> <p>III – viabilizar o aumento do número de consultas oferecidas no município;</p> <p>IV – criar uma central de emergência com um número telefônico único para plantão;</p> <p>V – criar e divulgar programas de medicina preventiva, com ênfase para hipertensos, diabéticos, gestantes, idosos;</p>

	<p>VI – viabilizar a ampliação da unidade de saúde e especialidades;</p> <p>VII – viabilizar a valorização dos profissionais da saúde assim como a constante atualização dos seus profissionais;</p> <p>VIII – viabilizar ações que promovam a saúde do trabalhador;</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 22. O Poder Público Municipal promoverá as seguintes ações visando apoiar o desenvolvimento da saúde no Município de Braço do Trombudo:</p> <p>I - viabilizar a implantação do plantão médico de emergência;</p> <p>II – viabilizar a ampliação da oferta de consultas especializadas e exames de média e alta complexidade e aumento do número de exames e consultas especializadas;</p> <p>III – manter uma central de emergência com um número telefônico único para plantão;</p> <p>IV – criar e divulgar incentivar e ampliar os programas de medicina preventiva, com ênfase para hipertensos, diabéticos, gestantes, idosos, atividade física, hábitos alimentares saudáveis e outros necessários;</p> <p>VI – viabilizar a ampliação da unidade de saúde e especialidades;</p> <p>V – viabilizar a valorização dos profissionais da saúde assim como a constante atualização dos seus profissionais;</p> <p>VI – viabilizar ações que promovam a saúde do trabalhador;</p> <p>VII – viabilizar a contratação de profissionais para atender as especialidades na unidade de saúde;</p> <p>VIII – viabilizar a aquisição e conservação de equipamentos necessários para atendimento às necessidades básicas da população;</p> <p>IX – manter a farmácia básica das unidades de saúde, seguindo as diretrizes federais, estaduais e municipais;</p> <p>X - viabilizar ações, programas, adequações de Legislação e serviços de acordo com as mudanças estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;</p> <p>XI - viabilizar a renovação constante e a conservação da frota de veículos da saúde;</p> <p>XII - incentivar a participação social no Conselho Municipal de Saúde, para controle social dos investimentos na área da saúde;</p> <p>XIII – implantar serviços de atendimento de hidroterapia e fisioterapia em clínica própria, com academia de saúde;</p> <p>XIV – viabilizar a implantação e manutenção da central de apoio para órteses e próteses;</p> <p>XV – viabilizar a implantação e manutenção da clínica municipal de odontologia especializada, com serviços de endodontia, próteses dentárias e periodontia;</p>

	<p>XVI – viabilizar a implantação e manutenção do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), consorciado, preferencialmente, com os municípios vizinhos;</p> <p>XVII – manter convênio de repasses aos serviços hospitalares, junto ao Hospital Trombudo Central e Hospital Regional Alto Vale – em Rio do Sul –, para garantir o acesso dos munícipes ao atendimento de urgência e emergência 24 horas;</p> <p>XVIII – buscar parcerias com a Secretaria de Estado da Saúde para viabilizar mutirões de procedimentos cirúrgicos e clínicos para atender necessidades do município.</p>
--	--

EIXO TEMÁTICO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria da Saúde e Assistência Social; • Demais Entidades Afins.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 04/08/2021 e 11/08/2021
TEMA	<p>POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – Capítulo III – Seção IV – Subseção III - Art. 23 ao 25 POLÍTICA DE HABITAÇÃO – Capítulo III – Seção IV – Subseção IV - Art. 26 e 27</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social e Assistência da Criança e do Adolescente (centro de referência, abrigos, unidades de acolhimento, Pró-família...) • Plano Local de Interesse Social – PLHIS; • Déficit habitacional; • Reserva fundiária; • Programas de Regularização Fundiária; • Loteamentos irregulares; • Áreas de Especial Interesse Social; • Verificar a existência de política municipal específica para este eixo, visando evitar duplicidade de políticas públicas.
PLANO DIRETOR VIGENTE	Art. 23. A Assistência Social, como política pública de seguridade não contributiva é um direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser realizada de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio-territoriais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	Art. 23. A Assistência Social, como política pública de seguridade não contributiva é um direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser realizada de forma integrada às demais políticas setoriais, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio-territoriais, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.
PLANO DIRETOR VIGENTE	Art. 24. A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivos: I - garantir a proteção ao cidadão que, por razão de incapacidade pessoal, social ou de

	<p>calamidade pública, encontrar-se, temporária ou permanentemente, sem condições de manter padrões básicos e satisfatórios de vida;</p> <p>II - promover a inserção produtiva e a autonomia econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade;</p> <p>III - contribuir para a inclusão e equidade dos usuários ampliando o acesso aos bens e serviços sócioassistenciais básicos e especiais;</p> <p>IV - garantir a convivência familiar e comunitária;</p> <p>V - integrar a Assistência Social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, do protagonismo e do convívio social;</p> <p>VI - centralizar na família a concepção e implementação das ações de Assistência Social;</p> <p>VII - assegurar a promoção da família com igualdade de gênero e etnia;</p> <p>VIII – proporcionar a participação popular por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social (conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de direitos da pessoa idosa, de direitos da pessoa com deficiência, da mulher e de direitos humanos).</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 24. A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivos:</p> <p>I - garantir a proteção ao cidadão que, por razão de incapacidade pessoal, social ou de calamidade pública, encontrar-se, temporária ou permanentemente, sem condições de manter padrões básicos e satisfatórios de vida;</p> <p>II - promover a inserção produtiva e a autonomia econômica das pessoas em situação de vulnerabilidade;</p> <p>III - contribuir para a inclusão e equidade dos usuários ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais;</p> <p>IV - garantir a convivência familiar e comunitária;</p> <p>V - integrar a Assistência Social às demais políticas públicas para a promoção da autonomia social e econômica, do protagonismo e do convívio social;</p> <p>VI - centralizar na família a concepção e implementação das ações de Assistência Social;</p> <p>VII - assegurar a promoção da família com igualdade de gênero e etnia;</p> <p>VIII – proporcionar a participação popular por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social (conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de direitos da pessoa idosa, de direitos da pessoa com deficiência, da mulher e de direitos humanos);</p> <p>IX – viabilizar a implantação da Secretaria de Assistência Social e Habitação, desvinculando-a</p>

	<p>da Secretaria de Saúde;</p> <p>X - garantir recursos para convênio com entidades de Assistência Social sediados no município de Braço do Trombudo.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 25. A Política Municipal de Assistência Social observará as seguintes diretrizes:</p> <p>I - criar e incentivar programas de medidas sócio-educativas;</p> <p>II - implantar programas e projetos de saneamento básico;</p> <p>III - promover e defender os direitos da criança e do adolescente, da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência;</p> <p>IV - promover o acesso dos portadores de deficiência aos serviços regulares prestados pelo Município, mediante a remoção das barreiras arquitetônicas, de locomoção e de comunicação;</p> <p>V - criar programas para capacitação e profissionalização, destinados às famílias de baixa renda.</p> <p>VI - fomentar a elaboração de um diagnóstico social permanente do município de Braço do Trombudo, por meio de estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social;</p> <p>VII - implementar os programas, projetos, serviços e benefícios da Assistência Social na promoção do convívio familiar e comunitário, da autonomia social e do desenvolvimento local;</p> <p>VIII - viabilizar a implantação de áreas destinadas ao lazer nas comunidades (parques, praças, eventos).</p> <p>IX - garantir o acesso aos programas sociais, condicionado à participação ao voluntariado e cursos de profissionalização.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 25. A Política Municipal de Assistência Social observará as seguintes diretrizes:</p> <p>I - criar e incentivar programas de medidas socioeducativas;</p> <p>II - implantar programas e projetos de saneamento básico, em parceria com outras secretarias;</p> <p>III - promover e defender os direitos da criança e do adolescente, da juventude, do idoso e da pessoa com deficiência;</p> <p>IV - promover o acesso dos portadores de deficiência aos serviços regulares prestados pelo Município, mediante a remoção das barreiras arquitetônicas, de locomoção e de comunicação;</p> <p>V – promover programas para capacitação e profissionalização, destinados, prioritariamente, às famílias de baixa renda.</p> <p>VI - fomentar a elaboração de um diagnóstico social permanente do município de Braço do</p>

	<p>Trombudo, por meio de estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social;</p> <p>VII - implementar os programas, projetos, serviços e benefícios da Assistência Social na promoção do convívio familiar e comunitário, da autonomia social e do desenvolvimento local;</p> <p>VIII – viabilizar, em parceria com outras secretarias, a implantação de áreas destinadas ao lazer nas comunidades (parques, praças, eventos).</p> <p>IX - garantir o acesso aos programas sociais, condicionado à participação ao voluntariado e cursos de profissionalização, bem como benefícios eventuais, dentre outros necessários conforme contexto municipal.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 26. A Política Habitacional do Município de Braço do Trombudo deve ser orientada pelas ações do Poder Público e da iniciativa privada no sentido de facilitar o acesso da população de baixa renda, a melhores condições de moradia, de modo que não somente a unidade habitacional seja ofertada, mas que também seja complementada através do fornecimento da infraestrutura básica e de equipamentos sociais adequados.</p> <p>Parágrafo único. A Política Municipal de Habitação está pautada nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº. 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade e visa promover o cumprimento da função social da propriedade e da cidade.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 26. A Política Habitacional do Município de Braço do Trombudo deve ser orientada pelas ações do Poder Público e da iniciativa privada no sentido de facilitar o acesso da população de baixa renda, a melhores condições de moradia, de modo que não somente a unidade habitacional seja ofertada, mas que também seja complementada através do fornecimento da infraestrutura básica e de equipamentos sociais adequados.</p> <p>Parágrafo único. A Política Municipal de Habitação está pautada nas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº. 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade e visa promover o cumprimento da função social da propriedade e da cidade.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 27. Constituem diretrizes setoriais para a Política Habitacional em Braço do Trombudo:</p> <p>I - implantar programas de saneamento básico;</p> <p>II - instituir o Plano Municipal de Habitação consolidando políticas, programas e projetos habitacionais;</p> <p>III - compatibilizar a demanda habitacional por faixas de renda;</p> <p>IV - articular a política habitacional com as demais políticas setoriais;</p> <p>V – implantar programas de unidades habitacionais para população de baixa renda,</p>

	<p>preferencialmente em áreas urbanas já consolidadas e dotadas de infra-estrutura, evitando a criação de novos núcleos urbanos dissociados da malha urbana existente e dando-se preferência a produção de unidades isoladas ou de pequenos conjuntos;</p> <p>VI - estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias para todas as faixas de renda;</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 27. Constituem diretrizes setoriais para a Política Habitacional em Braço do Trombudo:</p> <p>I - implantar programas de saneamento básico;</p> <p>II – instituir Conselho Municipal de Habitação;</p> <p>III - instituir o Plano Municipal de Habitação consolidando políticas, programas e projetos habitacionais;</p> <p>IV - compatibilizar a demanda habitacional por faixas de renda;</p> <p>V - articular a política habitacional com as demais políticas setoriais;</p> <p>VI – implantar programas de unidades habitacionais para população de baixa renda, preferencialmente em áreas urbanas já consolidadas e dotadas de infraestrutura, evitando a criação de novos núcleos urbanos dissociados da malha urbana existente e dando-se preferência a produção de unidades isoladas ou de pequenos conjuntos;</p> <p>VI – estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias para todas as faixas de renda;</p> <p>VII – promover a regularização fundiária, nos termos da lei federal que a regulamenta e, em consonância à legislação municipal pertinente.</p>

Revisão Plano Diretor de BRAÇO DO TROMBUDO – N° 075 DE 24 DE JUNHO DE 2009

2ª Etapa – Revisão das Políticas Setoriais

TABELA 04 – RESUMO DAS DISCUSSÕES – EIXO TEMÁTICO SEGURANÇA PÚBLICA

EIXO TEMÁTICO	SEGURANÇA PÚBLICA
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Administração e Finanças; • Defesa civil;
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 11/08/2021.
TEMA	<p>POLÍTICA DA SEGURANÇA SOCIAL – Capítulo III – Seção VIII - Art. 34</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Defesa Civil (proteção civil, prevenção, preparação para emergência e resposta a ocorrências, sistemas de alerta); • Mapeamento de áreas de risco; • Segurança Pública.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 34. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a segurança pública no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – promover a implantação de programas para educação do trânsito;</p> <p>II – articular-se com as políticas regionais, estaduais e federais;</p> <p>III – promover a implantação descentralizada dos equipamentos necessários à melhoria das condições de segurança pública;</p> <p>IV – promover programas de prevenção de incêndio;</p> <p>V – ampliar o efetivo policial municipal da Polícia Civil e Militar;</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 34. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a segurança pública no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – promover a implantação de programas para educação do trânsito;</p> <p>I – articular-se com as políticas regionais, estaduais e federais;</p> <p>II – promover a implantação descentralizada dos equipamentos necessários à melhoria das condições de segurança pública;</p>

	<p>III – promover programas de prevenção de incêndio, em parceria ao Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Militar, ações socioeducativas;</p> <p>IV – incentivar a ampliação do efetivo policial municipal da Polícia Civil e Militar;</p> <p>V – promover ações destinadas a garantir a Ordem Pública mediante ações de Polícia administrativa;</p> <p>VI – promover parcerias para assegurar a fiscalização e o cumprimento das medidas de Polícia Administrativa no município;</p> <p>VII – elaborar PLANCON (Plano Municipal de Contingência) e promover ações de defesa civil junto à população para socialização do Plano, bem como Áreas de Risco existentes;</p> <p>VIII – viabilizar investimentos destinados à prevenção e preparação para desastres, assistência e socorro às vítimas de calamidades, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução.</p>
--	---

Revisão Plano Diretor de BRAÇO DO TROMBUDO – N° 075 DE 24 DE JUNHO DE 2009
2ª Etapa – Revisão das Políticas Setoriais

TABELA 05 – RESUMO DAS DISCUSSÕES – EIXO TEMÁTICO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL

EIXO TEMÁTICO	MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Agricultura; • Vigilância Sanitária; • Equipe Planejamento; • Secretaria de Administração e Finanças; • Departamento de Meio Ambiente
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 14/07/2021.
TEMA	<p>POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – Capítulo III – Seção VII e Seção IX - Art.33 e 35 ao 37</p> <p>POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – Capítulo III – Seção X - Art. 38 ao 43</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política Municipal de Meio Ambiente; • Unidades de Conservação; • Plano de Arborização; • Estratégias de preservação ambiental.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 33. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem implantar melhorias paisagísticas e urbanização no município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - promover a padronização dos passeios e a revitalização das ruas centrais, priorizando a adaptação dos passeios às normas de acessibilidade universal;</p> <p>II - implantar programa de melhoria paisagística ao longo da Rodovia SC-426, no trecho de acesso ao município;</p> <p>III - implantar sinalização viária e turística em todo o município;</p> <p>IV - melhorar as condições de iluminação na rodovia SC-426 que corta o município;</p> <p>V - criar programa de incentivo a manutenção das beiras das estradas municipais.</p>

	<p>VI - valorizar e preservar o cenário rural como potencial paisagístico;</p> <p>VII - incentivar a utilização do potencial turístico existente no município através da exploração sustentável das Águas Sulfurosas.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 33. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem implantar melhorias paisagísticas e urbanização no município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - promover a padronização dos passeios e a revitalização das ruas centrais, priorizando a adaptação dos passeios às normas de acessibilidade universal;</p> <p>II - implantar programa de melhoria paisagística ao longo da Rodovia SC-281, no trecho de acesso ao município;</p> <p>III - implantar sinalização viária e turística em todo o município;</p> <p>IV - melhorar as condições realizar as manutenções contínuas na iluminação na rodovia SC-281 que corta o município;</p> <p>V - criar programa de incentivo a manutenção das beiras das estradas municipais.</p> <p>VI - valorizar e preservar o cenário rural como potencial paisagístico;</p> <p>VII - incentivar a utilização do potencial turístico existente no município através da exploração sustentável das Águas Sulfurosas.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 35. A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida em todas as suas formas de expressão, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:</p> <p>I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido tendo em vista o uso coletivo;</p> <p>II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;</p> <p>III - planejamento e fiscalização do uso e da conservação dos recursos naturais;</p> <p>IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;</p> <p>V - controle das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;</p> <p>VI - recuperação de áreas degradadas;</p> <p>VII - educação ambiental em todos os níveis de ensino de competência municipal, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente no município;</p>

	<p>VIII - participação popular na definição dos planos, programas, projetos, normas, padrões e critérios ambientais para o município, assim como na tomada de decisões que potencialmente afetem a qualidade do ambiente e da vida da população local;</p> <p>IX – integração e apoio às ações regionais de conservação e de preservação ambiental, em especial àquelas contidas no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 35. A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida em todas as suas formas de expressão, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico e à proteção da dignidade da vida humana atendidos os seguintes princípios:</p> <p>I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido tendo em vista o uso coletivo;</p> <p>II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;</p> <p>III - planejamento e fiscalização do uso e da conservação dos recursos naturais;</p> <p>IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;</p> <p>V - controle das atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras;</p> <p>VI - recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas ameaçadas de degradação;</p> <p>VII - educação ambiental em todos os níveis de ensino, de competência municipal, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente no município;</p> <p>VIII – garantia da participação popular na definição dos planos, programas, projetos, normas, padrões e critérios ambientais para o município, assim como na tomada de decisões que potencialmente afetem a qualidade do ambiente e da vida da população local;</p> <p>IX – integração e apoio às ações regionais de conservação e de preservação ambiental, em especial àquelas contidas no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí;</p> <p>X - Acompanhamento do estado da qualidade ambiental.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 36. A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivos:</p> <p>I - cumprir a legislação ambiental vigente, em seus contextos municipal, estadual, federal e internacional;</p> <p>II - compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;</p> <p>III - definir áreas prioritárias de ação governamental relativas à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses do Município, do Estado e da União;</p>

	<p>IV - apoiar e cooperar na implantação efetiva das unidades de conservação no município, e na fiscalização real de todos os remanescentes da Mata Atlântica no município;</p> <p>V - adotar, sempre que possível, medida preventiva ou na sua impossibilidade, a imposição, ao poluidor/degradador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados;</p> <p>VI - aplicar sanções ao não-cumprimento da legislação e dos padrões ambientais independentemente da obrigação de reparar o dano causado;</p> <p>VII – manter a qualidade do abastecimento de água protegendo os mananciais do município.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 36. A Política Municipal do Meio Ambiente tem por objetivos:</p> <p>I - cumprir a legislação ambiental vigente, em seus contextos municipal, estadual, federal e internacional;</p> <p>II - compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, inclusive para fins de regularização fundiária;</p> <p>III - definir áreas prioritárias de ação governamental relativas à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses do Município, do Estado e da União;</p> <p>IV - apoiar e cooperar na implantação efetiva das unidades de conservação no município, e na fiscalização real de todos os remanescentes da Mata Atlântica no município;</p> <p>V - adotar, sempre que possível, medida preventiva ou na sua impossibilidade, a imposição, ao poluidor/degradador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e ao usuário de recursos ambientais a compensação, econômica ou não pela utilização destes recursos;</p> <p>VI - aplicar sanções ao não-cumprimento da legislação e dos padrões ambientais independentemente da obrigação de reparar o dano causado;</p> <p>VII - manter a qualidade do abastecimento de água protegendo os mananciais do município.</p> <p>VIII- Estabelecer normas, critérios e taxas para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e degradadoras;</p> <p>IX - Estabelecer tratamento diferenciado aos espaços urbanos, procurando respeitar e proteger a pluralidade e as especificidades biológicas e culturais de cada ambiente;</p> <p>X - Difundir tecnologias de manejo do meio ambiente e divulgar dados e informações ambientais, visando à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;</p> <p>XI - fomentar a educação ambiental no âmbito municipal;</p> <p>XII - promover o zoneamento ambiental municipal.</p>

PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 37. Para realização desses objetivos, o Município de Braço do Trombudo deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:</p> <p>I – promover programas de conscientização sobre o uso indevido de agrotóxicos nas lavouras;</p> <p>II - implantar sistema municipal de tratamento de esgoto, adotando entre outros meios, sistemas naturais e alternativos de saneamento;</p> <p>III - desenvolver programas ativos de preservação ambiental;</p> <p>IV - promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;</p> <p>V – viabilizar a implantação de um sistema municipal de fiscalização e licenciamento ambiental a ser criado por lei específica;</p> <p>VI – incentivar o reflorestamento com mata nativa ao longo dos cursos d’água e nascentes, limitando o uso de espécies exóticas nestas áreas;</p> <p>VII – melhorar o sistema de gestão de resíduos sólidos do município, incentivando a coleta seletiva de lixo e a reciclagem, bem como promover campanhas para a redução da geração de resíduos sólidos;</p> <p>VIII – criar unidades de conservação ambiental;</p> <p>IX – desenvolver e orientar os agricultores quanto a novas técnicas de manejo do solo;</p> <p>X – realizar estudos técnicos visando melhorar o abastecimento de água do município, com uso inclusive de cisternas e reservatórios d’ água;</p> <p>XI – implantar o sistema de triagem do lixo;</p> <p>XII – adotar alternativas para a preservação, como ICMS ecológico;</p> <p>XIII - estruturar o departamento de planejamento urbano;</p> <p>XIV – estruturar o departamento de meio ambiente e educação ambiental.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 37. Para realização desses objetivos, o Município de Braço do Trombudo deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:</p> <p>I - Cooperação administrativa entre os órgãos municipais e estaduais integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente;</p> <p>II - Cooperação entre o poder público, o setor produtivo e a sociedade civil;</p> <p>II I- Cooperação institucional entre os demais órgãos públicos, de todos os níveis de governo, estimulando a busca de soluções consorciadas ou compartilhadas;</p> <p>IV - A integração das ações nas áreas de saneamento ambiental, saúde pública, recursos hídricos, desenvolvimento local e ação social;</p>

	<p>V - O Desenvolvimento de programas de formação e capacitação técnica na área de meio ambiente;</p> <p>VI- A limitação, pelo órgão municipal competente, das atividades poluidoras ou degradadoras visando a recuperação das áreas impactadas ou a manutenção da qualidade ambiental;</p> <p>VII - A adoção, pelas atividades de qualquer natureza, de meios e sistemas de seguranças contra acidentes que acarretem risco à saúde pública e ao meio ambiente;</p> <p>VIII - A criação de serviços permanentes de segurança e prevenção de acidentes danosos ao meio ambiente;</p> <p>IX - A instituição de programas de incentivo a recuperação de vegetação nativa, preferencialmente nas margens e nascentes dos mananciais.</p> <p>X – Estruturação do departamento de planejamento urbano;</p> <p>XI – Estruturação do departamento de meio ambiente e educação ambiental;</p> <p>XII – Criação de incentivo fiscal para munícipes que adotarem soluções sustentáveis a serem especificadas em lei.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	Art. 38. A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	Art. 38. A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.
PLANO DIRETOR VIGENTE	Art. 39. Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	Art. 39. Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 40. Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.</p> <p>§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:</p> <p>I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista municipal ou estadual, na forma da legislação;</p> <p>II - empresa a que se tenha concedido os serviços.</p> <p>§ 2º Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 40. Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.</p> <p>§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:</p> <p>I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista municipal ou estadual, na forma da legislação;</p> <p>II - empresa a que se tenha concedido os serviços.</p> <p>§ 2º Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 41. A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:</p> <p>I - universalização do acesso;</p> <p>II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;</p> <p>III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;</p> <p>IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;</p> <p>V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;</p> <p>VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de</p>

	<p>combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;</p> <p>VII - eficiência e sustentabilidade econômica;</p> <p>VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 41. A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:</p> <p>I - universalização do acesso;</p> <p>II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;</p> <p>III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;</p> <p>IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;</p> <p>V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;</p> <p>VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;</p> <p>VII - eficiência e sustentabilidade econômica;</p> <p>VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas.</p> <p>IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;</p> <p>X - controle social;</p> <p>XI - segurança, qualidade e regularidade;</p> <p>XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 42. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:</p> <p>I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;</p>

	<p>II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;</p> <p>III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;</p> <p>IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;</p> <p>V - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 42. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:</p> <p>I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;</p> <p>II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;</p> <p>III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;</p> <p>IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;</p> <p>V - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 43. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com as diretrizes e princípios contidos na presente lei e com os demais planos setoriais, em particular com o Plano Municipal de Saúde, de Meio Ambiente e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, caso existam;</p> <p>II – garantir a instalação de infraestrutura nas áreas de expansão urbana, sempre realizando um estudo de viabilidade;</p> <p>III - coordenar e integrar as políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural,</p>

	<p>habitação, uso e ocupação do solo;</p> <p>IV - promover a ação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;</p> <p>V - promover a proteção de áreas com potencial para futuros mananciais;</p> <p>VI - realizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;</p> <p>VII - controlar as ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente e da saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;</p> <p>VIII – adotar indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;</p> <p>IX - promover programas de educação sanitária;</p> <p>X - garantir meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 43. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – cumprir e manter atualizado o Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com as diretrizes e princípios contidos na presente lei e com os demais planos setoriais, em particular com o Plano Municipal de Saúde, de Meio Ambiente e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, caso existam;</p> <p>II – garantir a instalação de infraestrutura nas áreas de expansão urbana, sempre realizando um estudo de viabilidade;</p> <p>III - coordenar e integrar as políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;</p> <p>IV - promover a ação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;</p> <p>V - promover a proteção de áreas com potencial para futuros mananciais;</p> <p>VI - realizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;</p> <p>VII - controlar as ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de</p>

	<p>acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente e da saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;</p> <p>VIII – adotar indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;</p> <p>IX - promover programas de educação sanitária;</p> <p>X - garantir meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.</p>
--	--

Revisão Plano Diretor de BRAÇO DO TROMBUDO – Nº 075 DE 24 DE JUNHO DE 2009
2ª Etapa – Revisão das Políticas Setoriais

TABELA 06 – RESUMO DAS DISCUSSÕES – EIXO TEMÁTICO INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

EIXO TEMÁTICO	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Saúde e Assistência Social; • Vigilância Sanitária; • Equipe Planejamento; • Secretaria de Administração e Finanças; • ETA.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 28/07/2021.
TEMA	<p>ABASTECIMENTO DE ÁGUA – Capítulo III – Seção VI – Subseção I - Art. 44</p> <p>ESGOTAMENTO SANITÁRIO – Capítulo III – Seção VI – Subseção II - Art. 45</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • abastecimento de água; • tratamento de efluentes sanitários.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 44. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de água no município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - assegurar o abastecimento de água do município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;</p> <p>II - assegurar a qualidade da água dentro dos padrões sanitários;</p> <p>III - incentivar a implantação de poços artesianos na área rural, mediante estudo específico e com prévia autorização do órgão municipal competente;</p> <p>IV - realizar estudos técnicos visando melhorar o abastecimento de água do município;</p> <p>V - realizar a constante manutenção e ampliação do sistema de tratamento de água do município na ETA(Estação de Tratamento de Água);</p> <p>VI – identificar e preservar novos mananciais e bacias de captação de água;</p> <p>VII - incentivar projetos e programas que contemplem a reutilização da água.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 44. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de água no município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p>

	<p>I - assegurar o abastecimento de água do município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;</p> <p>II - assegurar a qualidade da água dentro dos padrões sanitários e de potabilidade;</p> <p>III - incentivar a implantação de poços artesianos na área rural, mediante estudo específico e com prévia autorização do órgão municipal competente;</p> <p>III - identificar e preservar novos mananciais e bacias de captação de água;</p> <p>IV - orientar e fiscalizar as ações e atividades poluidoras que possam prejudicar a qualidade da água usada para abastecimento público, priorizando os pontos à montante de captação de água para abastecimento público;</p> <p>V - incentivar projetos e programas que contemplem a reutilização da água;</p> <p>VI - realizar estudos técnicos visando melhorar o abastecimento de água do município;</p> <p>VII - criar Fundo Municipal de Saneamento, a fim de garantir investimentos que visem melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgoto;</p> <p>VIII - investir continuamente na operação, manutenção, ampliação e modernização dos Sistemas de Abastecimento de Água;</p> <p>IX - estruturar tecnicamente o departamento responsável pela água e esgoto;</p> <p>X - viabilizar ponto de atendimento para serviços relacionados à distribuição de água;</p> <p>XI - realocar, quando tecnicamente viável, a rede de distribuição de água localizada na pista das estradas e ruas e, implantar no passeio público;</p> <p>XII - definir, por meio de lei específica, os critérios de análise e exigências para o loteador, quando de novos loteamentos.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 45. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o esgotamento sanitário no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – viabilizar a implantação de rede e estação de tratamento de esgoto no município;</p> <p>II – incentivar o uso de sistema de tanques sépticos e filtros anaeróbios para o tratamento de rejeitos domésticos nas áreas desprovidas de redes de esgoto sanitário, principalmente na área rural do município;</p> <p>III – implantar o sistema de fiscalização para os sistemas de tratamento de esgoto sanitário tanto nas residências como nos estabelecimentos comerciais e industriais.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 45. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o esgotamento sanitário no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – viabilizar a implantação de rede e estação de tratamento de esgoto no município;</p>

	<p>II – exigir o uso de sistema de tanques sépticos e filtros anaeróbios para o tratamento de rejeitos domésticos nas áreas desprovidas de redes de esgoto sanitário, principalmente na área rural do município;</p> <p>III – implantar o sistema de fiscalização para os sistemas de tratamento de esgoto sanitário tanto nas residências, como nos estabelecimentos comerciais e industriais;</p> <p>IV – exigir a limpeza periódica dos sistemas individuais de tratamento de esgoto;</p> <p>V – criar programa permanente de educação socioambiental.</p>
--	---

EIXO TEMÁTICO	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Administração e Finanças; • Equipe Planejamento; • Departamento de Meio Ambiente
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 28/07/2021.
TEMA	<p>DRENAGEM URBANA – Capítulo III – Seção X – Subseção III - Art. 46 RESÍDUOS SÓLIDOS – Capítulo III – Seção X – Subseção IV - Art. 47</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • macro e micro drenagem urbana; • coleta de resíduos sólidos urbanos.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 46. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a drenagem urbana no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - criar um sistema de manutenção das sarjetas e do sistema de drenagem nas áreas rurais para diminuir a erosão nas vias;</p> <p>II - implementar sistema de esgotamento pluvial nas dimensões compatíveis com as áreas de contribuição, de forma a proteger os fundos de vale, evitando o aumento de áreas impermeabilizadas e favorecendo a conservação de recursos ambientais;</p> <p>III - promover a constante manutenção dos sistemas de drenagem principalmente nas vias centrais;</p> <p>IV - realizar o levantamento da infraestrutura atual e criar estudos de manutenção e ampliação das redes;</p> <p>V - criar cadastro e desenvolver o plano de manutenção do sistema de drenagem superficial.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 46. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar a drenagem urbana no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - criar um sistema de manutenção das sarjetas e do sistema de drenagem nas áreas rurais para diminuir a erosão nas vias;</p> <p>II - implementar sistema de esgotamento pluvial nas dimensões compatíveis com as áreas de contribuição, de forma a proteger os fundos de vale, evitando o aumento de áreas impermeabilizadas e favorecendo a conservação de recursos ambientais;</p> <p>III - promover a constante manutenção dos sistemas de drenagem principalmente nas vias centrais;</p>

	<p>IV - realizar o levantamento da infraestrutura atual e criar estudos de manutenção e ampliação das redes;</p> <p>V - criar cadastro e desenvolver o plano de manutenção do sistema de drenagem superficial.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 47. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o destino adequado dos resíduos sólidos produzidos no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - promover e participar do consórcio Entre Rios e outros em parceria com os municípios vizinhos, quanto à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos;</p> <p>II – assegurar a adequada prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos no município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades sócioeconômicas;</p> <p>III – ampliar o sistema de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos;</p> <p>IV – criar legislação municipal para regulamentar a coleta de lixo.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 47. O Poder Público Municipal promoverá ações que visem assegurar o destino adequado dos resíduos sólidos produzidos no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - promover e participar, preferencialmente, de consórcio intermunicipal para fins de coleta, transporte, tratamento, destinação final e disposição final dos resíduos sólidos;</p> <p>II – assegurar a adequada prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos no município, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;</p> <p>III – ampliar o sistema de coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos;</p> <p>IV – criar legislação municipal para regulamentar a coleta de lixo;</p> <p>V – assegurar o cumprimento das exigências previstas na Política Nacional dos Resíduos Sólidos;</p> <p>VI – exigir a elaboração e fiscalizar o cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), quando aplicável;</p> <p>VII – promover a continuidade da educação socioambiental.</p>

EIXO TEMÁTICO	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Celesc • Secretaria de Administração e Finanças; • Equipe Planejamento.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

	Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 28/07/2021.
TEMA	<p>ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – Capítulo III – Seção XI– Subseção I - Art. 48</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de energia elétrica;
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 48. O Poder Público Municipal em parceria com a Concessionária Estadual, promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de energia elétrica no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – garantir a ampliação da rede de abastecimento e melhoria da qualidade da energia elétrica fornecida ao município;</p> <p>II – assegurar a expansão dos serviços de energia elétrica, segundo a distribuição espacial da população e das atividades sócio-econômicas, principalmente para suprir a demanda da futura área industrial;</p> <p>III – difundir a utilização de formas alternativas de energia, como a energia solar;</p> <p>IV – promover periodicamente campanhas educativas visando ao uso racional de energia e evitando o desperdício;</p> <p>V – viabilizar a implantação de um escritório da Concessionária Estadual de Energia Elétrica no município;</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 48. O Poder Público Municipal em parceria com a Concessionária Estadual, promoverá ações que visem assegurar o abastecimento de energia elétrica no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I – garantir a ampliação da rede de abastecimento e melhoria da qualidade da energia elétrica fornecida ao município;</p> <p>II – assegurar a expansão dos serviços de energia elétrica, segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas, principalmente para suprir a demanda da futura área industrial;</p> <p>III – difundir a utilização de formas alternativas de energia, como a energia solar;</p> <p>IV – promover periodicamente campanhas educativas visando ao uso racional de energia e evitando o desperdício;</p> <p>V – garantir a manutenção preventiva e corretiva, bem como a ampliação e melhoria dos sistemas públicos de iluminação.</p>

	<p>Parágrafo único. As novas ligações de energia elétrica nas edificações do município estarão sujeitas à aprovação junto ao Departamento de Planejamento, conforme procedimento determinado pela Secretaria em conjunto com a Concessionária.</p> <p>V — viabilizar a implantação de um escritório da Concessionária Estadual de Energia Elétrica no município;</p>
--	--

EIXO TEMÁTICO	INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Administração e Finanças; • Equipe Planejamento.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 28/07/2021.
TEMA	<p>SISTEMA DE COMUNICAÇÃO – Capítulo III – Seção XI – Subseção II - Art. 49 POLÍTICA DE MOBILIDADE E TRANSPORTE – Capítulo III – Seção XII - Art. 50 e 51</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política e Plano Municipal de Mobilidade Urbana; • Sistema Viário Estrutural (Hierarquia viária, Vias Projetadas, Anéis viários); • Transporte Coletivo Municipal; • Ciclovias; • Calçadas; • Acessibilidade Universal;
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 49. O Poder Público Municipal, em parceria com as empresas concessionárias, promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento do sistema de comunicação no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - viabilizar a implantação de uma agência dos correios no município;</p> <p>II - promover a expansão dos serviços segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;</p> <p>III - promover a ampliação da oferta de linhas de telefonia convencional e de telefones públicos, priorizando a área rural do município;</p> <p>IV - viabilizar a instalação de torre de telefonia celular móvel no município;</p> <p>V - viabilizar o acesso à internet para todo o município;</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 49. O Poder Público Municipal, em parceria com as empresas concessionárias, promoverá ações que visem apoiar o desenvolvimento do sistema de comunicação no Município de Braço do Trombudo, pautado pelas seguintes diretrizes:</p> <p>I - viabilizar a implantação de uma agência dos correios no município;</p> <p>II - promover a expansão dos serviços segundo a distribuição espacial da população e das atividades socioeconômicas;</p> <p>III - promover a ampliação da oferta de opções de telefonia na área rural do município;</p>

	<p>IV - viabilizar a instalação de novas torres de telefonia celular no município, diversificando as operadoras;</p> <p>V - viabilizar o acesso à internet para todo o município;</p> <p>VI - garantir a aplicação da Lei Municipal nº. 0967/2021, ou outra que venha a substituí-la, a qual define critérios e parâmetros urbanísticos para implantação de infraestrutura de telecomunicações.</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 50. A Política Municipal de Mobilidade e de Acessibilidade a ser implantada no Município de Braço do Trombudo deverá ser pautada pelos seguintes princípios:</p> <p>I - criar um sistema viário urbano e regional integrado e otimizado, com vias estruturais e básicas, formando ligações que permitam melhor comunicação entre as várias localidades da cidade, ampla distribuição e eficiência dos deslocamentos, indução de desenvolvimento urbano para áreas estratégicas e maior segurança de tráfego aos usuários em geral;</p> <p>II – definir uma hierarquia para o sistema viário de acordo com sua localização, relevo, e importância na malha viária, visando minimizar os conflitos entre a circulação e o uso e ocupação do solo;</p> <p>III – definir o gabarito mínimo das vias, de acordo com as diretrizes e estratégias gerais do plano, dotando-as com espaços adequados para a circulação segura, preferencial e eficiente para pessoas com mobilidade reduzida, pedestres, bicicletas e demais veículos;</p> <p>IV – apontar interseções do sistema viário com necessidade de ampliação geométrica para modernização e aumento da segurança e fluidez das vias estruturais e das vias básicas;</p> <p>V – definir normas específicas para a execução e a pavimentação dos passeios nas vias públicas, visando garantir o conforto e a segurança dos pedestres;</p> <p>VI - priorizar a circulação de pedestres e ciclistas, bem como incentivar o transporte coletivo, em relação ao transporte individual, promovendo um estudo de viabilidade para a implantação de rede cicloviária na área urbana do Município;</p> <p>VII – garantir que a acessibilidade urbana obedeça aos princípios de adequabilidade e adaptabilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, devendo ser observadas as regras previstas na legislação, assim como nas normas técnicas editadas pelos órgãos competentes, dentre os quais as de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 50. A Política Municipal de Mobilidade e de Acessibilidade a ser implantada no Município de Braço do Trombudo deverá ser pautada pelos seguintes princípios:</p> <p>I - criar um sistema viário urbano e regional integrado e otimizado, com vias estruturais e</p>

	<p>básicas, formando ligações que permitam melhor comunicação entre as várias localidades da cidade, ampla distribuição e eficiência dos deslocamentos, indução de desenvolvimento urbano para áreas estratégicas e maior segurança de tráfego aos usuários em geral;</p> <p>II – definir uma hierarquia para o sistema viário de acordo com sua localização, relevo, e importância na malha viária, visando minimizar os conflitos entre a circulação e o uso e ocupação do solo;</p> <p>III – definir o gabarito mínimo das vias, de acordo com as diretrizes e estratégias gerais do plano, dotando-as com espaços adequados para a circulação segura, preferencial e eficiente para pessoas com mobilidade reduzida, pedestres, bicicletas e demais veículos;</p> <p>IV – apontar interseções do sistema viário com necessidade de ampliação geométrica para modernização e aumento da segurança e fluidez das vias estruturais e das vias básicas;</p> <p>V – definir normas específicas para a execução e a pavimentação dos passeios nas vias públicas, visando garantir o conforto e a segurança dos pedestres;</p> <p>VI - priorizar a circulação de pedestres e ciclistas, bem como incentivar o transporte coletivo, em relação ao transporte individual, promovendo um estudo de viabilidade para a implantação de rede cicloviária na área urbana do Município;</p> <p>VII – garantir que a acessibilidade urbana obedeça aos princípios de adequabilidade e adaptabilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, devendo ser observadas as regras previstas na legislação, assim como nas normas técnicas editadas pelos órgãos competentes, dentre os quais as de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;</p>
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 51. Para realização desses princípios, o Município de Braço do Trombudo deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:</p> <p>I - criar ciclovias para integrar os deslocamentos das áreas residências às áreas industriais;</p> <p>II – elaborar estudo de circulação viária para as principais vias do centro;</p> <p>III – priorizar a pavimentação das vias classificadas como arteriais e coletoras;</p> <p>IV – criar programa de incentivo à implantação de passeios públicos;</p> <p>V – implantar melhorias no acostamento da Rodovia SC-426 no trecho de acesso ao município;</p> <p>VI – viabilizar a pavimentação da via principal da localidade de Serril;</p> <p>VII - aprimorar a sinalização e aumentar a segurança do tráfego, mediante a colocação de placas de orientação e localização;</p> <p>VIII - criar programas de incentivo à manutenção das beiras das estradas municipais</p>

	(roçadas); IX - definir o gabarito mínimo das vias rurais; X - fiscalizar e exigir a adaptação dos passeios e imóveis quanto à norma de acessibilidade universal.
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 51. Para realização desses princípios, o Município de Braço do Trombudo deverá adotar as seguintes diretrizes e ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - criar ciclovias para integrar os deslocamentos das áreas residências às áreas industriais; II – elaborar estudo de circulação viária para as principais vias do centro; III – priorizar a pavimentação das vias classificadas como arteriais e coletoras; IV – criar programa de incentivo à implantação de passeios públicos; V – implantar melhorias no acostamento da Rodovia SC-281 no trecho de acesso ao município; VI – viabilizar a pavimentação da via principal da localidade de Serril; VI - aprimorar a sinalização e aumentar a segurança do tráfego, mediante a colocação de placas de orientação e localização; VII - criar programas de incentivo à manutenção das beiras das estradas municipais (roçadas); VIII - definir o gabarito mínimo das vias rurais; IX - fiscalizar e exigir a adaptação dos passeios e imóveis quanto à norma de acessibilidade universal. <p>X – definir, em lei específica, os critérios da padronização de passeios.</p>

Revisão Plano Diretor de BRAÇO DO TROMBUDO – Nº 075 DE 24 DE JUNHO DE 2009
2ª Etapa – Revisão das Políticas Setoriais

TABELA 07 – RESUMO DAS DISCUSSÕES – EIXO TEMÁTICO SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

EIXO TEMÁTICO	SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL
ORGÃOS/ENTIDADES QUE PARTICIPAÇÃO DA DISCUSSÃO	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Administração e Finanças; Equipe de Planejamento.
DATA/LOCAL DE REALIZAÇÃO DA OFICINA	Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Praça da Independência, 25, fundos, Sala de Reuniões, às 9h do dia 11/08/2021.
TEMA	<p>POLÍTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL - Capítulo III – Seção XIII – Art. 52</p> <p>Sugestão de assuntos a serem debatidos, vinculados a temática:</p> <ul style="list-style-type: none"> Organização do Sistema de Planejamento Municipal.
PLANO DIRETOR VIGENTE	<p>Art. 52. O Município de Braço do Trombudo deve implantar uma estrutura interna de Planejamento e de Gestão Urbana Municipal, pautada por procedimentos técnicos, que permitam o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana através das seguintes ações:</p> <p>I – implantar e estruturar a Secretaria Municipal ou departamento Municipal de Planejamento e Controle Urbanístico;</p> <p>II - oficializar a delimitação das comunidades do município e a denominação das rodovias municipais.</p>
RESULTADO DA OFICINA DE DISCUSSÃO	<p>Art. 52. O Município de Braço do Trombudo deve implantar uma estrutura interna de Planejamento e de Gestão Urbana Municipal, pautada por procedimentos técnicos, que permitam o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana através das seguintes ações:</p> <p>I – implantar e estruturar a Secretaria Municipal ou departamento Municipal de Planejamento e Controle Urbanístico;</p> <p>II – oficializar a delimitação das comunidades do município e a denominação das rodovias municipais.</p> <p>II - estruturar equipe técnica, a fim de compatibilizar o número de servidores, qualificação técnica e carga horária com a demanda existente;</p> <p>III – garantir o cumprimento da legislação pertinente;</p>

	IV - promover ações que permitam incorporar ao Perímetro Urbano às áreas de expansão, bem como às áreas urbanas dos núcleos isolados.
--	---